

# Em Tese


## HORIZONTES DO “PÓS-COLONIAL”

Post-colonial Horizons

Carlos Eduardo **BAO**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Brasil


carlooseduardobao@hotmail.com


<https://orcid.org/0000-0002-9427-7291> 

Loren Marie Vituri **BERBERT**

Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil

lorenberbert@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8083-9505> 

Mais informações da obra no final do artigo 

Desde meados do século passado emergem, de modo contundente ao redor de todo o planeta, as vozes dos subalternos e subalternas da Modernidade/Colonialidade por meio do feminismo, dos povos indígenas, do movimento negro, dos intelectuais em diáspora e de outros tantos movimentos sociais mundo afora. Desde então, tais vozes vêm provocando abalos no pensamento eurocêntrico, reformulando ou construindo um novo léxico conceitual a partir das experiências e conhecimentos situados no princípio de realidade dos *Damnés*,<sup>1</sup> os povos colonizados. Tal movimento precipitou um giro de perspectiva na abordagem dos temas relacionados ao processo colonial, desencadeando uma vasta corrente de pensamento conhecida sob a categoria mais geral de “estudos pós-coloniais”.

O processo que se iniciou com a invasão e colonização das Américas no século XV teve como consequência a construção do primeiro sistema social mundial conhecido pela humanidade e, com ele, a primeira grande narrativa universalista de mundo (WALLERSTEIN, 2007). Esse sistema, estruturado em torno das relações de dominação/exploração de classe (capitalismo), sexo (patriarcalismo) e “raça” (racismo), isto é, do controle sobre os frutos do trabalho/riqueza, do sexo/reprodução e do território/corpo dos subalternos, não findou com processos políticos de descolonização.

---

<sup>1</sup> Os Condenados da Terra, conforme Frantz Fanon.

Ao olharmos o mundo a partir das “lentes conceituais” das ciências humanas, temos atualmente uma constatação bem estabelecida: o cânone teórico de que somos leitores e aprendizes nas academias brasileiras é herdeiro de uma matriz quase que exclusivamente europeia, que reflete uma geopolítica do conhecimento que parece reproduzir as estruturas coloniais de dominação (LANDER, 2005). O “pensamento pós-colonial” é, por origem e objetivo, interdisciplinar, incluyente e pluriversal e, por isso mesmo, de largos horizontes e clivado por particularidades epistêmicas. Essa clivagem epistêmica constitui, talvez, seu maior potencial: um movimento cognitivo que se propõe ultrapassar as fronteiras sedimentadas pelo pensamento eurocêntrico e o racismo epistemológico subjacente.

Sob o denominador provisoriamente estabelecido como “pensamento pós-colonial” podemos contemplar uma variedade de matrizes teórico-metodológicas que, a partir de diversos locais de enunciação postulam objetivos afins: produzir um tipo de conhecimento que extrapole e coloque sob a crítica as rígidas fronteiras do cânone da ciência ocidental moderna, e seus pressupostos que tomam realidades particulares por abstratos com validade universal.

O dossiê “Horizontes do Pós-Colonial” foi pensado como um espaço que pudesse contemplar a pluralidade de contribuições inspiradas e ou filiadas ao grande guarda-chuva teórico que aqui denominamos “estudos pós-coloniais”. A nomenclatura, já bem difundida entre pesquisadores das ciências humanas e sociais, tem se mostrado conveniente, apesar das diferentes críticas de que é objeto. Apontado ora como “ambivalente”, descrito como culturalista ou politicamente inviável, a trajetória da abordagem “pós colonial” se dá em meio a disputas políticas e epistemológicas (HALL, 2013, p. 111-112).

Importante destacar, de forma a não deixar margem para outras interpretações, que o termo “pós-colonial” é aqui utilizado a partir da concepção expressa por Sérgio Costa:

Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade (2006, p. 83).

Nesse sentido, o termo pós-colonial é entendido como uma abordagem, ou uma matriz de linhas de pesquisa, mais do que como um marcador histórico vinculado a um período específico. Seu elemento comum, a crítica à concepção hegemônica de modernidade - e o reconhecimento do processo colonial como central e constitutivo do projeto moderno - é realizada a partir de diferentes contextos. Segundo Ballestrin (2013),

as contribuições dos estudos pós-coloniais passaram a ganhar evidência principalmente a partir da década de 1980, com os estudos culturais e literários, em universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos. Contudo, traçar uma genealogia de obras ou autores considerados referência nos estudos pós-coloniais não é tarefa fácil, uma vez que duas categorias relativamente distintas de reflexão são geralmente reunidas sob essa mesma rubrica.

De um lado temos o conjunto de autores majoritariamente diaspóricos, de origem periférica, que produzem conhecimento em universidades dos países centrais do sistema-mundo colonial-moderno, e que se reconhecem na agenda de pesquisa e nas abordagens “pós-coloniais”.<sup>2</sup> De outro se encontram as reflexões anteriores à construção desses grupos dentro das universidades, mas que de alguma forma colocam sob análise crítica as relações de colonialidade que se dão dentro ou fora de sistemas coloniais institucionalizados.

Ainda assim, não é possível negar a centralidade de alguns autores para o debate pós-colonial. É o caso, por exemplo, de Gayatri Spivak, membro do grupo sul asiático de estudos subalternos, que publicou em 1985 o célebre ensaio *Pode o subalterno falar?* Ou de Hommi Bhabha e sua mais famosa obra, *O local da cultura*. Assim como *Orientalismo* de Edward Said, essas obras têm em comum o fato de terem a linguagem e o discurso como eixos principais de análise. O debate no contexto brasileiro, no entanto, tem como principais referenciais teóricos o grupo latinoamericano modernidade/colonialidade, e os estudos afrodiaspóricos.

Conforme Castro-Gomez e Grosfoguel (2007, p.15-16), é possível dizer que, em linhas gerais, a crítica pós-colonial anglo-saxã - que compreende o grupo sul asiático - tem um enfoque mais voltado para a dimensão superestrutural, centrado nos elementos dos discursos coloniais, enquanto a abordagem do sistema-mundo proposto por Wallerstein trabalha a partir dos elementos infraestruturais e econômicos. Ainda segundo os autores, a crítica do grupo modernidade/colonialidade tem como característica uma análise que explora o entrelaçamento entre cultura/discursos coloniais e processos da economia política.

---

<sup>2</sup> A categoria sistema-mundo colonial-moderno é uma elaboração que tem como fonte as reflexões de Immanuel Wallerstein (1974) e Anibal Quijano (2005). É utilizada principalmente pelo grupo modernidade/colonialidade, assim como as categorias de centro/ periferia. Autores como Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010) utilizam o par sul/norte global, assim como Edward Said (2007) utilizava o par oriente/ocidente. Ambas categorias pretendem, ainda que de forma diferente, dar conta das relações hierárquicas que se dão entre os povos em nível econômico, simbólico e epistemológico.

Exemplo de tal processo pode ser encontrado nas contribuições de Aníbal Quijano (2005), cuja categoria de colonialidade do poder é extensamente utilizada no debate brasileiro. A caracterização da divisão racial do trabalho no contexto latinoamericano proporciona uma chave de leitura que complexifica a análise acerca das desigualdades sociais na realidade brasileira. A crítica à estrutura capitalista torna-se mais acurada quando a classificação racial é compreendida como um elemento central do discurso da modernidade, responsável por estratificar segmentos da população a partir de uma ideologia cientificista.

Dessa forma, o projeto modernidade/colonialidade fornece instrumental teórico para a análise das estruturas de dominação que operam tanto na esfera de relações entre “o ocidente e o resto” (HALL, 1992), quanto nas configurações específicas que se dão entre diferentes grupos étnicos e econômicos dentro de um mesmo território. Nesse sentido, é possível dizer que a análise focada nos efeitos da colonialidade<sup>3</sup> no contexto brasileiro tem como característica a interseccionalidade, ao colocar no centro da discussão a profunda relação entre classe e raça, desvelando as diferentes formas através das quais os discursos coloniais são perpetuados no racismo contra populações negras e indígenas<sup>4</sup>. Assim, destacamos a profícua união entre os estudos pós-coloniais e étnico-raciais/antirracistas no debate brasileiro.

Segundo Grosfoguel (2016) o racismo e o sexismo epistêmicos seriam dois dos principais problemas contemporâneos, destacando que as estruturas fundacionais das universidades ocidentalizadas são construídas a partir de tais bases. O argumento do autor corrobora a tese apresentada por Raewyn Connel (2012), sobre a hegemonia de uma geopolítica do conhecimento que implica na divisão social do trabalho intelectual entre centro e periferia, sendo o primeiro responsável pela produção de teoria, e o segundo utilizado como laboratório / campo.

---

<sup>3</sup> Segundo Castro-Gomez (2005, p. 59) a colonialidade, como um projeto *sui generis* “quis transformar radicalmente as estruturas cognitivas, afetivas e valorativas do dominado, ou seja, convertê-lo em um ‘novo homem’, feito à imagem e semelhança do homem ocidental.” (tradução livre). Diferentemente do colonialismo, a colonialidade é um dispositivo de dominação que não está atrelado a um sistema político específico, mas possibilita a manutenção de múltiplos sistemas de sujeição.

<sup>4</sup> Além da intersecção entre classe e raça, a categoria gênero é também extensivamente utilizada nos debates pós-coloniais, tendo nos feminismos contribuições centrais tanto no pensamento afrodiaspórico como latinoamericano. Nesse sentido, além de Gayatri Spivak, autoras como Maria Lugones, Rita Segato, bell hooks, Glória Anzaldúa, Françoise Vergès, Audre Lorde, Djamila Ribeiro, Grada Kilomba, e Lélia Gonzalez são alguns exemplos de intelectuais cujos trabalhos são de fundamental importância na construção dos debates pós-coloniais. O feminismo de mulheres não brancas permanece sendo, desta forma, um dos principais instrumentos de crítica à modernidade/ colonialidade (CARDOSO, 2014).

De forma correlata à legitimação dos saberes ocidentais do centro se dá a desqualificação de outras matrizes culturais e epistemológicas. Sueli Carneiro identifica o epistemicídio “como um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/biopoder” (2005, p.96) que vitimou a população africana e afrodescendente no Brasil, e estruturou o projeto civilizatório moderno/colonial. O argumento racista da não educabilidade dos negros e a posterior dificuldade de acesso dessa população à educação compõe o quadro da tentativa de exclusão desse grupo enquanto sujeito do conhecimento.

Em tal cenário encontramos o movimento negro e a literatura antirracistas produzida por pensadores afrodiaspóricos como figuras centrais no debate pós-colonial e no projeto decolonial brasileiro.<sup>5</sup> No campo da educação é possível afirmar, assim como o faz Nilma Lino Gomes (2019), que a perspectiva negra decolonial brasileira é uma das principais responsáveis por um processo de descolonização dos currículos escolares e dos conhecimentos produzidos na academia. Segundo a autora:

Só é possível descolonizar os currículos e o conhecimento se descolonizarmos o olhar sobre os sujeitos, suas experiências, seus conhecimentos e a forma com os produzem. Portanto, a compreensão de que existe uma perspectiva negra decolonial brasileira significa reconhecer negras e negros como sujeitos e seus movimentos por emancipação como produtores de conhecimentos válidos que não somente podem tensionar o cânone, mas também o indagam e trazem outras perspectivas e interpretações. (GOMES, 2019, p. 235)

Ainda que seja possível avaliar criticamente a forma como os diferentes documentos educacionais se apropriam e aplicam o conteúdo da lei, reconhecendo a necessidade de uma abordagem que modifique a estrutura dos currículos (BERBERT, 2018), é possível dizer que a promulgação das leis 10.639/03 e 11.645/08 foram importantes conquistas para o projeto decolonial brasileiro, ao tornar obrigatório o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica.

Paralelamente a esse processo, temos dois fenômenos importantes na construção de um projeto decolonial no Brasil: o reconhecimento dos movimentos indígena (MUNDURUKU, 2012) e negro (GOMES, 2017) como agentes da educação que produzem conhecimento a partir de e sobre seus próprios grupos; e a diversificação do público do ensino superior, a partir da reserva de vagas nas universidades e iniciativas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante

---

<sup>5</sup> Segundo Maldonado-Torres “a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos.” (2019, p. 36).

do Ensino Superior (FIES). A inclusão de diferentes atores no rol de instituições produtoras de conhecimento, e de diferentes sujeitos nas academias brasileiras altera o padrão moderno/colonial de produção e difusão de saberes.

A inclusão desses sujeitos nas universidades, contudo, explicita problemas antes invisibilizados. De acordo com Rita Gomes do Nascimento:

(...) o ingresso dos indígenas nas universidades tem demonstrado como o racismo também se manifesta quando as diferentes presenças se encontram nestes espaços. Afinal, a imagem corrente do indígena como um ser distante no espaço e no tempo reserva a ele, quando muito, um lugar bastante específico no mundo acadêmico: o de objeto de pesquisa. (2021, p. 81)

Assim, a diversificação do público universitário não se dá sem problemas, mas possibilita a abertura de discussões que até então não chegavam a esse ambiente. Atualmente, no entanto, a permanência desses grupos nas universidades se vê ameaçada pelos rumos da política nacional, com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), instância responsável por parte das políticas públicas direcionadas a esses grupos. Nesse sentido, o projeto decolonial torna-se um instrumento de resistência, de veiculação de saberes e experiências marginalizadas e negligenciadas pelo Estado-nação.

Como resultado da proposta de dossiê, foram aceitos para publicação sete artigos, duas entrevistas, uma tradução e uma resenha. As contribuições ao dossiê manifestam a pluralidade de temas e abordagens compreendidas dentro da denominação “pós-colonial”. Nos alegra identificar também a multiplicidade de áreas do conhecimento que tem se apropriado dessas reflexões. No dossiê encontram-se trabalhos não só das ciências sociais, sociologia e antropologia, mas também dos campos da educação, literatura, filosofia, história e artes. Do ponto de vista geográfico, temos representados com trabalhos, além de Santa Catarina, os estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Distrito Federal, Pará e Paraná. Nesse sentido, esperamos que a diversidade de experiências e abordagens teórico-metodológicas contempladas no dossiê possa contribuir para o trabalho de um grande número de pesquisadores.

O artigo de abertura do dossiê, intitulado “Para uma filosofia desde o brasil: romper as “amarras” epistêmicas eurocentradas e reinventar dialogicamente nossa filosofia”, de Diego Miranda Aragão situa o legado colonial da filosofia e sua apropriação pela academia brasileira, destacando os limites do pensamento filosófico eurocentrado e aventando a urgência de prosseguir-se no caminho da construção de uma filosofia posicionada espacial

e temporalmente desde as particularidades epistêmicas brasileiras, indicando, ainda, a literatura como uma possibilidade para trilharmos esse caminho decolonial.

O artigo “As margens da subvivência em Fontamara: O rio que nos falta” de autoria de Rafael Reginato Moura, é uma contribuição do campo da literatura que propõe a análise do romance neorrealista *Fontamara*, escrito em 1933 pelo autor italiano Ignazio Silone. O romance, que acompanha os *cafoni* - camponeses da base da pirâmide social em uma Itália tomada pelo fascismo - apresentaria, segundo Moura, algumas aproximações com o contexto atual de crítica ao antropoceno e ao capitalismo desenvolvimentista. Nesse sentido o artigo aborda o estado de exceção e a necropolítica direcionada a esses trabalhadores, bem como a possibilidade de resistência através de um “horizonte comunitário”.

Em “Mulheres racializadas no sul da Bahia: mapeando colonialidades de gênero, raça/etnia e sexualidade” de Manoelle Lopes Fontes e Ana Claudia Lemos Pacheco, temos a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica que permite a compreensão das formas como os discursos colonizadores articulam diferentes eixos de dominação ao marcar corpos racializados de mulheres na cidade de Canavieiras. Fontes e Pacheco trazem, dessa forma, para o centro da discussão o apagamento de negros e indígenas na historiografia oficial, bem como a importância das mulheres racializadas na preservação de suas tradições e cultura, valorizando tais agenciamentos.

No artigo seguinte, “Maternidades subalternas: ser ou não ser mãe nas epistemologias decoloniais e do feminismo negro” de Miléia Santos Almeida, temos uma análise teórico-bibliográfica que toma as maternidades subalternas como chave de leitura das experiências de mulheres racializadas. A partir disso, a autora apresenta uma crítica ao que entende como pressupostos canônicos do feminismo ocidental civilizatório sobre a maternidade que, segundo ela, permanecem ligados a uma representação orientalista e racista das experiências de mulheres não-brancas. Ao trazer para o debate contribuições dos feminismos negro e decolonial, bem como a denúncia de situações de violência vivenciadas por mulheres não brancas no contexto brasileiro, a autora exhibe a vocação não só teórica, mas política das críticas pós-coloniais.

Na sequência do dossiê apresentamos o título “Racismo por omissão e luta antirracista: da colonialidade à resistência em Benevides/PA”, de Evelyn Talisa Abreu de Oliveira e Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto, onde analisam o racismo por omissão a partir da cidade de Benevides, Pará, Brasil. Nele a autora e o autor refletem acerca das formas de dominação colonial a partir da unidade de análise em questão, e indicam as renovadas



formas de resistência da luta antirracista na chamada “terra da liberdade”, explicitando o caráter social e histórico do racismo via escravidão e das formas de resistência à subalternização no Brasil.

No texto “A história que a história não conta: uma máquina datilográfica na mão e memórias não vividas na cabeça” de Francisco de Assis Gaspar Neto e Marcel Leandro Szymanski, os autores refletem sobre o potencial de visibilização da cultura afro-diaspórica por meio de narrativas insurgentes, tais como de escolas de samba e comunidades quilombolas remanescentes a partir da cidade de Curitiba, Paraná. O método de intervenção transgressiva com os interlocutores da pesquisa, onde os entrevistadores os abordam com uma máquina de escrever em mãos nos presenteia com uma estratégia de pesquisa inusitada e performática, destacando a relevância de uma atuação politicamente engajada nos interstícios da construção de conhecimentos para além dos cânones das ciências humanas e sociais eurocentradas.

O último artigo do dossiê, “Justiça e Libertação: crítica do progresso em Enrique Dussel e Rainer Forst” de Thor João de Sousa Veras, apresenta uma contribuição teórica ao campo da filosofia a partir da análise das apropriações da ideia de progresso em diferentes correntes da área. Em contraposição às posições que recomendam o abandono da ideia de progresso, denunciando seu uso ideológico em práticas de dominação econômica e cultural, o autor reivindica a ressignificação do conceito, e sua reabilitação enquanto instrumento teórico passível de revisão. Com tal intuito, são analisados dois sentidos de progresso propostos a partir de uma gramática de crítica social: uma ética, representada pelo trabalho do filósofo argentino Enrique Dussel, e sua concepção de libertação enquanto descolonização; e uma moral, presente na obra de Rainer Forst, professor na Goethe University, em Frankfurt, que defende uma justiça transnacional baseada no direito básico de justificação.

A primeira entrevista do dossiê, intitulada “A luta pela educação escolar indígena como resistência epistemológica: entrevista com o Cacique Luiz Katu”, por Samuel Penteado Urban brinda-nos com um diálogo de fundamental importância sobre a educação indígena, seus percalços e possibilidades desde a experiência da Unidade Federativa de Rio Grande do Norte. Sabe-se que uma educação indígena intercultural, bilíngue e autônoma é uma pauta fundamental dos movimentos indígenas por toda a chamada América Latina, como parte da resistência epistemológica dos povos pré-colombianos à dominação colonial. Contribuição substancial para (re)pensarmos a educação formal, o



Estado, a sociedade civil e suas várias clivagens num mundo, dito, pós-colonial onde, no entanto, permanece a colonialidade do poder/saber.

Também compõe o dossiê a entrevista “É assim que eles alimentam o círculo da pobreza: a ação judicial de destituição do poder familiar da bebê Suzi em Florianópolis - 2021.” realizada por Mariana da Costa Schorn com Kaionara dos Santos, assistente social, militante do movimento negro e madrinha de Suzi. Segundo Schorn, a entrevista tem como objetivo “conhecer o modo como o Estado violenta uma mulher pobre”, a partir do testemunho de um caso de destituição familiar que ganhou notoriedade na capital catarinense. A partir da entrevista Schorn relaciona a violência sofrida por Andrielli ao ter a filha tomada, ao sistema colonial que, através de diferentes eixos de dominação, destitui sujeitos de seus direitos mais básicos. Nesse sentido é possível identificar a manutenção da colonialidade nas ações do Estado contra grupos historicamente subalternizados.

A tradução que compõe o dossiê, intitulada “Memória coletiva, escrita e Estado: Práticas pedagógicas de existência afroequatoriana” (tradução por Carlos Eduardo Bao) foi publicada originalmente no periódico *Cuadernos de Literatura* da Universidade Javeriana, Colômbia, 2015. Marcado por um diálogo intercultural, nele, Catherine Walsh e Juan García Salazar analisam o uso estratégico da memória coletiva afroequatoriana para refletir sobre o reposicionamento da memória coletiva e a existência como forma de acesso ao direito ancestral nesse país, questionando a autoridade do Estado, a desterritorialização e a dispersão ancestral que ameaçam a vida e a existência dos povos afroequatorianos no Equador.

Finalmente, temos como última contribuição ao dossiê a resenha “Educação como abertura radical: bell hooks e a pedagogia crítica” de Loren Berbert. A resenha tem como objeto o livro “Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança” obra da intelectual feminista e militante antirracista bell hooks, publicado pela primeira vez no Brasil em 2021. Ao apresentar os dezesseis ensinamentos presentes no livro, a resenha demonstra a importância do pensamento da autora para o campo da educação, e mais especificamente sua relevância para o trabalho de educadores e educadoras progressistas comprometidos com um modelo de ensino-aprendizagem crítico dos diferentes eixos de dominação articulados pela colonialidade do poder, do ser e do saber.

## REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. [online]. 2013, n.11, pp.89-117
- BERBERT, Loren M. V. **O sacrifício dos outros**: eurocentrismo na educação, e análise da proposta curricular para a educação básica em Santa Catarina a partir da lei 10.639/03. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).
- CONNEL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 27 No 80, Outubro/2012.
- CASTRO-GOMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Editorial Universidad del Cauca. Instituto Pensar, Universidad Javeriana. Bogotá, 2005.
- CASTRO-GOMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramon. Giro decolonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico. In: **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de estudios sociales contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- COSTA, Sérgio. **Dois atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: **Decolonialidade e pensamento diaspórico**. Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramon Grosfoguel [orgs.]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.
- HALL, Stuart. The west and the rest: Discourse and Power. In: Hall and Gieben (eds.), **Formations of Modernity**. London: Polity Press. 1992.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. A universidade não está preparada para a diversidade: racismo, universidades e povos indígenas no Brasil. In: **Universidades** núm. 8 | 7, enero marzo 2021 | UDUAL.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. Introdução. In: **Epistemologias do sul**. SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula [orgs.]. São Paulo: Cortez, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu – A retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.


## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

HORIZONTES DO “PÓS-COLONIAL”

#### Carlos Eduardo Bao


Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Brasil  
carlooseduardobao@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9427-7291>

#### Loren Marie Vituri Berbert

Doutoranda em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestre em Sociologia Política pela mesma universidade.  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

[lorenberbert@gmail.com](mailto:lorenberbert@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-8083-9505>

### LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não

exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

#### **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no **Portal de Periódicos UFSC**. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **HISTÓRICO**

Recebido em: 02 de março de 2022

Aprovado em: 06 de março de 2022